

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: O FUTURO DOCENTE NO FOCO DAS POLÍTICAS DE CURRÍCULO

Cíntia Aparecida Oliveira de Medeiros ¹

RESUMO

Esse artigo tenciona problematizar como os sentidos de caráter prático das licenciaturas e do Programa de Residência Pedagógica (PRP) têm sido compreendidos e negociados nas políticas de formação inicial de professores. A justificativa de tal investigação se dá em função de compreender como os múltiplos processos de sentidos relacionados ao futuro docente têm sido tensionados discursivamente no social. Dessa forma, a partir de uma análise sistemática de literatura de artigos na área da educação, estabelecida num recorte temporal de cinco anos (2018 - 2023), destacam-se as ressignificações da relação universidade x escola e o caráter prático dos cursos de licenciatura. Para realizar esta investigação, assumi-se como aporte teórico-analítico as discussões da abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball e seus colaboradores (1992, 1994, 2004, 2011), em articulação com autores do campo do Currículo (Lopes, 2013, 2015, 2017; Lopes; Macedo, 2011; Dias, 2014, 2017, 2020), de modo a contextualizar os consensos produzidos pelos contextos de influência arraigados para formar discursos de base para a política. Nesse sentido, potencializa-se com os autores enunciados pensar as políticas de currículo como políticas culturais, sem significações fixas e determinadas e que são constituídas nas relações contextuais. Para tanto, conclui-se pela defesa de outras possibilidades de significar a produção curricular do futuro docente.

Palavras-chave: Formação inicial de professores, Programa de Residência Pedagógica (PRP), Ciclo de Políticas, Docência.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, é importante destacar que o debate sobre a formação inicial de professores da educação básica brasileira não é algo recente, remonta ao período de enfraquecimento do regime militar, quando ampliaram as discussões sobre as

¹ Mestra e Doutoranda em Educação, Cultura e Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/PPGECC, cintiaoliveirademedeiros@gmail.com. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES. Professora da Educação Básica na Secretaria Municipal de Educação (SME/RJ).



desigualdades sociais, econômicas, melhoria da escola pública, aumento da oferta da educação básica e o fortalecimento da formação inicial e continuada (Alves, 2014).

Macedo (2000) ressalta que desde a redemocratização político-econômica, uma série de políticas educacionais e curriculares vem se ampliando, no sentido de tentar controlar e estabelecer uma direção linear e uniforme para o sistema educacional brasileiro. Nessa produção de políticas, há interesses específicos que buscam desenvolver o capital humano para resolver as mais variadas demandas sociais e econômicas (Ball, 2004; Macedo, 2000).

Desde então, vem ocorrendo um forte movimento proveniente de discursos curriculares e educacionais, entidades científicas e acadêmicas e de variados pesquisadores do campo do currículo e da formação de professores em diferentes abordagens epistemológicas, que vêm discutindo os caminhos e descaminhos da formação inicial dos professores da educação básica, a questão da formação sólida como qualidade, o caráter prático do currículo e a aproximação entre as Instituições de Ensino Superior e do Sistema de Ensino da Educação Básica (André, 2007, 2010; Ball, Mainardes, 2011; Brasil, 1996, 2001, 2002, 2014, 2015, 2016, 2018, 2019, 2024; Candau, 1998; Cruz, 2020; Nóvoa, 2017; Libâneo, 2012; Pimenta; Anastasiou, 2002; Saviani, 2009; Roldão, 2017; Tardif, 2014 e Zeichner, 2013).

Assim, a formação inicial tem sido muito discutida em diferentes arenas e o que tem sido evidenciado é uma ênfase que relaciona a falta da qualidade da educação dos estudantes da educação básica a uma suposta má formação dos professores, evocando a necessidade de um perfil docente adequado para responder às demandas da sociedade e melhorar a qualidade da educação. Com isso, essas disputas políticas reivindicam uma forte centralização do conhecimento curricular no campo das políticas de currículo, tentando fixar um perfil de professor para normatizar e prescrever um futuro que se deseja (Medeiros, 2025a, 2025b; Medeiros; Figueiredo, 2023).

Dessa forma, com a finalidade de induzir, fomentar e acompanhar a formação inicial dos professores da educação básica e afirmar-se em discursos de desenvolvimento humano e sustentável do país, além da construção de uma identidade profissional aos professores, têm sido constituídas algumas estratégias político-discursivas que vêm tentando aproximar a Universidade à Escola, dentre elas o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa de Residência Pedagógica (PRP) – (Capes, 2018a, 2018b).



Esse trabalho volta a atenção ao Programa de Residência Pedagógica (Capes, 2018a, 2018b), que tem como princípio fomentar projetos institucionais implementados por Instituições de Ensino Superior, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura. O Programa de Residência Pedagógica (PRP) foi instituído pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - por intermédio da Portaria nº 38/2018 (Capes, 2018a) e do Edital CAPES nº 06/2018 (Capes, 2018b), trazendo novos sentidos para a política de formação de professores, que à época estava sendo alinhada pela implementação da BNCC (Brasil, 2018a), pela Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, pelo Decreto n.º 8.752, de 09 de maio de 2016 (Brasil, 2016) e pela Proposta da BNC-Formação (Brasil, 2018b).

[...] o Programa de Residência Pedagógica com a finalidade de apoiar Instituições de Ensino Superior (IES) na implementação de projetos inovadores que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica (Capes, 2018a, p. 1).

Esse programa se afirmou enquanto política de formação no contexto do Governo Michael Temer, contudo, as discussões sobre essa temática remontam mais de uma década atrás com o projeto de lei 227/2008 (Brasil, 2008) e o projeto de lei 284/2012 (Brasil, 2012), que evidenciaram, no contexto de influência, significações para a elaboração de políticas de formação de professores. Esses projetos de lei acrescentaram dispositivos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996) e se justificaram assim:

A formação de professores para atuar na educação básica, mormente nos anos iniciais do ensino fundamental, quando se concentra o processo básico do ensino-aprendizagem da alfabetização, tem passado nos últimos anos por intensa crise. [...] Ao mesmo tempo em que caía a qualidade do ensino e da aprendizagem no ensino fundamental e médio, deteriorava-se a formação dos docentes.[...] A “residência médica” inspira o presente projeto de lei. Sabemos da importância na formação dos médicos os dois, ou mais anos, de residência, ou seja, do período imediatamente seguinte ao da diplomação, de intensa prática junto a profissionais já experientes, em hospitais e outras instituições de saúde, quando não somente são testados os conhecimentos adquiridos [...]. Acreditando que esta medida contribui para a melhoria da qualidade de nossa educação, pública e privada, confio na compreensão e aprovação do projeto por meus Pares (Brasil, 2007, p. 2, 3).

Ao ser instituído como parte da política de formação de professores em 2018, o PRP trouxe um planejamento estratégico nacional com ações integradas para a formação docente, realçando demandas através da iniciação à docência, integração ensino-serviço e teoria-prática em escolas de comprovada qualidade educativa (Brasil, 2016). Dessa



forma, este trabalho objetiva problematizar como o caráter prático das licenciaturas e o Programa de Residência Pedagógica (PRP) - (Capes, 2018a, 2018b) têm sido significados no campo da formação de professores. Traz como estratégia teórico-analítica o ciclo de políticas de Ball (1994), Ball e Bowe (1992), num diálogo com autores do campo do currículo (Lopes, 2013, 2015, 2017; Lopes; Macedo, 2011; Dias, 2014, 2017, 2020), permitindo realizar uma análise interpretativa sem linearidades, abrindo para tantas outras possibilidades.

Dessa forma, para problematizar os enunciando já elencados, essa produção está organizada em seções: inicialmente apresenta-se o aporte teórico-analítico do ciclo de políticas para situar o leitor nos procedimentos dessa abordagem interpretativa como forma de pensar e analisar as políticas curriculares e educacionais; e na segunda seção, desenvolve-se uma revisão sistemática de literatura sobre as políticas de formação inicial e o Programa de Residência Pedagógica (PRP), apresentando os discursos que têm sido evidenciados através de produções acadêmicas do campo destacando o contexto de influência nos discursos investigados, suas mobilizações e as insatisfações apresentadas no contexto.

POSIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E EPISTEMOLÓGICA

A abordagem do ciclo de políticas (*policy cycle approach*), formulada por Stephen Ball em colaboração com Bowe e Gold (1992), é um referencial teórico-analítico considerado um método de análise que permite pesquisar e teorizar as políticas curriculares e educacionais e compreendê-las como um processo contínuo, pelo qual são formuladas e recriadas. Essa abordagem se apoia na perspectiva pós-estruturalista e demonstra a importância de analisar o discurso das políticas, por ser, segundo Mainardes (2006, p. 61), uma análise “crítica, interrogadora e autônoma e que [...] contribui para a análise de trajetórias de políticas e programas educacionais brasileiros e que captura parte da complexidade do processo de formulação e implementação de políticas.”

A abordagem do ciclo de políticas nos auxilia a compreender as políticas curriculares e educacionais numa perspectiva diferente do que nos é apresentado acerca da formulação, implementação e avaliação, pois considera as políticas inseridas num contexto de cíclico contínuo, não havendo uma hierarquização entre elas. Ball (2002) compreende a política como texto e como discurso.

Lopes (2011), em diálogo com Ball (1994), esclarece que a política como texto torna-se visível em sua materialidade nos documentos, legislações, normativas e



publicações e implica representações codificadas e decodificadas por processos complexos que sofrem muitas influências, como compromissos, disputas, interpretações e reinterpretações, negociando sentidos e significados para as políticas.

Assim, compreender a política como texto e como discurso possibilita entender que são múltiplos os produtores das políticas: governos, produções acadêmicas, práticas escolares, entre outros – com poderes diferentes e assimétricos e que trazem diferentes sentidos e significados para as políticas. (Lopes, 2011).

Assim, o ciclo de políticas aponta para a investigação de discursos que circulem no processo de formação das políticas, valorizando as relações saber-poder para além da esfera do Estado (Lopes, 2011). Para Mainardes (2006), isso considera identificar “processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas” (Mainardes, 2006, p. 50). Dessa forma, Ball (1994), rejeita a ideia de que as políticas são implementadas, pois isso evidenciaria uma linearidade, movimentos verticalizados de produção e normatização. O que existe são espaços de disputas em diferentes traduções e interpretações de políticas.

A ideia de circularidade defendida pelo ciclo de políticas de Stephen Ball e seus colaboradores, pode ser compreendida como um movimento cíclico que engloba e perpassa, inicialmente, três contextos políticos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto político e o contexto da prática e, mais posteriormente, o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política. No contexto de influência é onde se inicia a política pública, o processo de discussão e a produção de políticas. É nesse contexto que é possível perceber os interesses de diversos grupos da sociedade como agências multilaterais, partidos políticos, organizações da sociedade civil, tanto da esfera pública, quanto privada, entre outros, que tentam formar discursos políticos de base relacionados a interesses estreitos e diferentes ideologias, a fim da elaboração da política (Mainardes, 2006; Lopes, 2011).

O contexto da produção de texto ocorre com a elaboração dos documentos políticos, representando a política através dos órgãos executivos e legislativos, que são os responsáveis pela elaboração das normativas brasileiras. Contudo, esse contexto pode ser apresentado através de diversas representações, como “[...] textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos [...]” (Mainardes, 2006, p. 52). Já os contextos das práticas estão relacionados às recriações e reinterpretações da política curricular interpretadas



ativamente pelos professores, diretores e outros profissionais da educação, produzindo efeitos, implicações e novos sentidos sobre o que eles pensam e acreditam sobre a política original (Mainardes, 2006; Lopes, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para realizar este estudo, fez-se uso da abordagem do ciclo contínuo de políticas, evidenciando o contexto de influências como discursos que vêm trazendo bases e demandas para a formação inicial através de diferentes arenas públicas de ação e das produções discursivas do campo acadêmico na área da educação. Segundo Medeiros (2025a, 2025b), a produção de políticas curriculares para formação de professores tem sido desencadeada de forma acelerada e pensada como um discurso salvacionista para atender às demandas da falta de qualidade da educação, numa tentativa de garantir a aprendizagem que é medida nos padrões de desempenho dos estudantes nos sistemas de avaliação. Assim, a formação de professores vem assumindo centralidade no que se refere à produção de políticas voltadas para a Educação Básica.

Nesse sentido, apresenta-se a(s) pergunta(s)-problema desse estudo: Quais são as influências nos discursos da formação inicial e do Programa de Residência Pedagógica que vem projetando sentidos de docência para o futuro professor? Quais são os discursos que estão predominando nessa área político-discursiva?

Para responder a essas questões, esse trabalho se ancora numa pesquisa qualitativa e exploratória, com procedimentos metodológicos gerados a partir da coleta de dados como “ato subjetivo de construção” (Gunther, 2006, p. 202), entendendo essa abordagem como uma ciência baseada em textos interpretados hermeneuticamente (Gunther, 2006). Dessa forma, organizamos essa revisão sistemática da seguinte forma: (i) identificação dos termos para coleta de dados; (ii) investigação com leitura atenta; (iii) organização, sistematização e interpretação dos resultados coletados.

Num segundo momento desse trabalho, foi realizada a leitura e revisão dos artigos selecionados a partir de um bibliográfico a partir da ferramenta de busca do banco de dados da Scientific Eletronic Library Online (SciELO), pesquisando por artigos que reunissem informações acerca da ‘Formação inicial’ e ‘Programa de Residência Pedagógica’, selecionados num recorte temporal entre anos de 2018 – 2023. Esse recorte temporal tem como justificativa o fato de ser o período de busca de implementação da



BNCC (Brasil, 2018)² e da BNC-Formação (2019)³, enquanto políticas curriculares da educação básica e da formação de professores, sobretudo alinhadas discursivamente. Os artigos foram selecionados com base em sua expressividade e acessibilidade ao território nacional.

Quadro 1: Artigos selecionados para a Revisão Sistemática de Literatura sobre a Formação inicial e o Programa de Residência Pedagógica

Título	Autor / Instituição	Ano
A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências	Katia Augusta Curado P. da Silva (UNB) Shirleide Pereira Cruz (UNB)	2018
A Nova Política de Formação de Professores no Brasil: Enquadramentos da Base Nacional Comum Curricular e do Programa de Residência Pedagógica	Marilde Queiroz Guedes (UNEB)	2018
Residência pedagógica: afinal, o que é isso?	Juliana Batista Faria (UFMG) Júlio Emílio Diniz-Pereira (UFMG)	2019
O Programa de Residência Pedagógica e o desafio de sustentação como política de formação de professor	Luciana de Fátima da Silva Lana Machado (Lavras/MG) Dedilene Alves de Jesus (UEMG)	2021
O Programa Residência Pedagógica e a formação inicial de professores: reflexões a partir de uma proposta contra-hegemônica na educação do campo	Cleiciane do Rosário Moraes Souza (UFPA) Hellen do Socorro de Araújo Silva (UFPA) Tiago Corrêa Saboia (UFPA)	2022
Construção da Identidade Docente no Âmbito do Programa Residência Pedagógica	Gahelyka Aghta Pantano Souza (UFAC) Orliney Maciel Guimarães (UFPR)	2023
Dos bastidores às intenções de Residência Pedagógica: fragilidades e consequências	Valdilene Zanette Nunes (UNISANTOS) Marineide de Oliveira Gomes (USP)	2023

Fonte: elaborado para fins de pesquisa (2024).

O primeiro artigo utilizado nessa revisão de literatura é de 2018; trata-se de uma análise do Programa de Residência Pedagógica (PRP) para formação de professores com

² A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um documento normativo para as redes de ensino e suas instituições de ensino, que traz concepções e formulações sobre as políticas de currículo para a educação básica e para a formação inicial e continuada dos professores da educação básica, coordenadas num alinhamento de ações educacionais como tentativa do alcance da qualidade da educação. (Brasil, 2018b).

³ A Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), foi implementada em novembro de 2019 através do Parecer CNE/CP nº 22/2019 (Brasil, 2019), estabelecendo as novas diretrizes curriculares para formação de professores. (Brasil, 2019).



a intenção de identificar elementos como projeto de resistência para fazer frente às demandas do Estado (Silva; Cruz, 2018). As autoras realizaram uma discussão sobre o histórico da Residência Pedagógica no Brasil, além de se aprofundarem na proposta do edital CAPES 06/2018 (Capes, 2018b), destacando objetivamente a defesa por uma perspectiva crítico-emancipadora, alicerçada numa unidade entre a teoria e a prática como projeto global de formação.

Guedes (2018) problematiza a formação de professores como eixo central para a qualidade da educação e para a implementação de políticas curriculares e educacionais. Seu principal objetivo foi discutir os enquadramentos da Resolução nº 02/2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial (DCN), da Base Nacional Comum Curricular – (BNCC) e do Programa de Residência Pedagógica (PRP), articulando-os ao edital CAPES 06/2018 (Capes, 2018b). Segundo a autora, as principais análises mostraram uma política antidemocrática e arbitrária, pela falta de diálogo com as Instituições de Ensino Superior (IES), com as escolas da educação básica e com as instituições científicas da educação. Os principais desafios encontrados pela autora ao analisar os textos políticos-são que os documentos oficiais trazem discursos tradicionais, conservadores e centralizadores, violando as DCNs e ferindo a autonomia universitária.

Farias e Diniz-Pereira (2019) discorrem acerca de um estudo que procurou explicar o Programa de Residência Pedagógica (PRP) no contexto da educação brasileira, fazendo uso de pesquisas, legislações e das experiências do caráter prático das formações de professores que tenham sido influenciadas pela Residência Pedagógica. Por meio desse estudo, identificaram que o termo Residência Pedagógica é uma ideia que já vem sendo defendida há mais de dez anos no Brasil, nas diferentes práticas e contextos. Destacam que o termo PRP está associado analogamente à residência médica como formação complementar.

Machado e Jesus (2021) trouxeram na pesquisa uma breve explanação sobre as políticas nacionais de incentivo à formação docente até a implementação do Programa Residência Pedagógica (PRP) enquanto política de formação. As autoras destacaram que o PRP possibilitou o aperfeiçoamento dos antigos estágios, além de construir proposta de formação que dialoga com a BNCC, abrindo espaços para o ensino, pesquisa e extensão. Nesse trabalho, usaram a abordagem qualitativa e exploratória, recorrendo à análise documental a partir de documentos políticos oficiais, além da investigação da implementação da PRP em uma universidade pública no Estado de Minas Gerais.



No ano de 2022, destaca-se a pesquisa “O Programa Residência Pedagógica e a formação inicial de professores: reflexões a partir de uma proposta contra-hegemônica na educação do campo”, desenvolvida por Souza, Silva e Saboia (2022). Os autores utilizaram uma metodologia que se sustentou em estudos bibliográficos, documentais e pesquisa de campo, refletindo sobre as divergências do Programa de Residência Pedagógica (PRP) e a epistemologia da prática requisitada pelo Edital CAPES n.º 06/2018. Segundo os autores, os resultados apontaram que a vivência dos residentes no processo de formação do curso de licenciatura da Universidade pesquisada enfatizou uma formação curricular interdisciplinar, dando centralidade à vida e ao trabalho, relacionados num contínuo diálogo entre os conhecimentos socioculturais e científicos (Souza *et al.*, 2022).

Souza e Guimarães (2023) desenvolveram uma análise a partir do Programa de Residência Pedagógica (PRP) e da formação da identidade docente entre licenciandos de uma universidade pública. Como pesquisa qualitativa, os dados foram produzidos por meio de grupo focal e da técnica de associação livre de palavras. Os autores relataram, com base nas entrevistas, que o exercício da docência não é valorizado pela unidade escolar, interferindo diretamente no fazer do professor. Além disso, também enfatizaram péssimas condições de trabalho para os professores, realçando que a identidade docente é constituída por diferentes dimensões, dentre elas a educacional e a contextual.

Por fim, o artigo “Dos bastidores às intenções de Residência Pedagógica: fragilidades e consequências”, de Nunes e Gomes (2023), apresenta uma problematização sobre os Projetos de Lei no Senado Federal sobre as Residências Pedagógicas, objetivando evidenciar as potencialidades e as fragilidades dos textos políticos. Os autores destacaram como potencialidades o alinhamento como unidade da teoria-prática pela inserção dos licenciados nas escolas públicas de educação básica e nas Instituições de Ensino. Nesse mesmo estudo, os autores destacaram as fragilidades, tais como a morosidade dos projetos de lei serem aprovados no Senado e a falta de integração entre as políticas públicas e as esferas dos poderes públicos, impossibilitando a superação de dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo, buscamos apresentar uma breve conexão entre o contexto de influência, aqui representado pelos discursos dos Projetos de Lei nº 227 e 284 (Brasil, 2007, 2012), enunciando elementos de base para a política de formação inicial e o



Programa de Residência Pedagógica, e o contexto da produção de texto através da Portaria nº 38/2018 (CAPES, 2018a), o edital CAPES nº 06/2018 (CAPES, 2018b) e algumas políticas e diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial (Brasil, 1996, 2007, 2012 2016, 2018b, 2019, 2024).

A partir da revisão sistemática, foi possível observar que os pesquisadores concordam que o Programa de Residência Pedagógica (PRP) consiste numa ação positiva e indispensável para a formação e o trabalho docente, fortalecendo o caráter prático das licenciaturas num viés emancipador e coletivo de educação. Os estudiosos também evidenciaram várias fragilidades, dentre elas a que diz respeito à atuação do Estado enquanto corpo político-administrativo e normativo no que se refere à melhoria das condições de trabalho dos professores, à precariedade sofrida devido à sobrecarga de trabalho, aos baixos salários, aos danos psicológicos e adoecimentos por conta das altas demandas. Ao analisar essas produções, identificam-se diferentes modos de significar a docência através do acesso à residência pedagógica, contribuindo, segundo as produções aqui elencadas, para a construção de uma identidade docente profissional bem-sucedida.

No decorrer desse trabalho, destacamos os discursos produzidos nos projetos de leis, políticas curriculares, educacionais e produções do campo acadêmico sobre a formação inicial e o Programa de Residência Pedagógica. Compreende-se que problematizar os discursos sobre a docência como disputa pela significação é salientar que não há completude possível nos processos de significação, pois estamos sempre negociando sentidos, visto que as significações se dão por vir como uma promessa que não se cumpre, que nunca se realiza de uma vez por todas, numa decisão que está assentada no terreno indecível, sem garantias e sem certezas (Lopes, 2015).

REFERÊNCIAS

- ALVES, N. Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma base nacional comum. **Revista E-curriculum**, v. 12, n. 3, p. 1464-1479, 2014.
- BALL, S. J. **Education Reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. **Educação & Sociedade**. v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set. /de. 2004.
- BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BRASIL. **Projeto de Lei do Senado n.º 227**. Brasília: Senado Federal, 2007.



BRASIL. **Projeto de Lei do Senado n.º 284**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. **Decreto n.º 8.752**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, DF. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 mai. 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm>. Acesso em 10 jul. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base. Brasília: MEC, 2018a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Proposta para a Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica**, 2018b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n.º 22/2019**, aprovado em 7 de novembro de 2019. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 07 nov. 2019b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n.º 4, de 12 de abril de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura). Brasília, 2024a.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria N.º 38**, de 28 de fevereiro de 2018 - Institui o Programa Residência Pedagógica. 2018. Brasília: Ministério da Educação, 2018a.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital 6**: Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica. 2018. Brasília: Ministério da Educação, 2018b.

FARIA, J. B.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Residência pedagógica: afinal, o que é isso? **Revista de Educação Pública**, v. 28, n. 68, p. 333-356, 2019.

GUEDES, M. Q. A nova política de formação de professores no Brasil: enquadramentos da Base Nacional Comum Curricular e do Programa de Residência Pedagógica. **Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional**, v. 9, n. 1, p. 90-99, 2019.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-209, 2006.

LOPES, A. C. Políticas de Currículo: questões teórico-metodológicas. In: LOPES, A. C.; DIAS, R. E; ABREU, R. G. (orgs). **Discursos nas políticas de currículo**. Rio de Janeiro: Quartet, 2011. p. 19 – 45.

LOPES, A. C. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.21, n.45, p. 445-466, mai./ago. 2015.



LOPES, Alice Casmiro. MACEDO, Elizabeth. **Teorias do currículo**. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, E. Formação de professores e diretrizes curriculares nacionais: para onde caminha a educação? **Revista Teias**, v. 1, n. 2, p. 16, 2000.

MACHADO, L. F. S. L.; JESUS, D. A. O Programa de residência pedagógica e o desafio de sustentação como política de formação de professores. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 23, n. 3, p. 472-489, 2021.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, 2009.

MEDEIROS, C. A. O; FIGUEIREDO, M. P. Política, currículo e formação docente: em torno das novas bases profissionais do saber-fazer. **Revista Teias**, v. 24, n. 74, p. 84-94, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-03052023000300084&script=sci_arttext. Acesso em: 04/05/2025.

MEDEIROS, C. A. O. Sentidos em disputa em torno das significações da docência nas políticas de currículo pós-BNCC. In: **"Eu escrevo para um mundo no qual possa viver": criações docentes e reinvenções curriculares**. Anais...João Pessoa(PB) UFPB, 2025a. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xicipc/889841-sentidos-em-disputa-em-torno-das-significacoes-da-docencia-nas-politicas-de-curriculo-pos-bncc>. Acesso em: 06/10/2025.

MEDEIROS, C. A. O. Formação inicial e a profissionalização docente: demandas da produção curricular. **EduSer**, v. 17, n. ESP, 2025b. Disponível em: <https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/311>. Acesso em: 05/09/2025.

NUNES, V. Z.; GOMES, M. O. Dos bastidores às intenções de Residência Pedagógica: fragilidades e consequências. **Revista de Educação Pública**, v. 32, 2023.

SILVA, K. A. C. P. da; CRUZ, S. P. A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 27, n. 2, p. 227-247, 2018.

SOUZA, C. R. M.; SILVA, H. S. A.; SABOIA, T. C. O Programa Residência Pedagógica e a Formação inicial de professores: reflexões a partir de uma proposta contra-hegemônica na educação do campo. **Revista Inter-Ação**, v. 47, n. 2, p. 507-522, 2022.

SOUZA, G. A. P.; GUIMARÃES, O. M. Construção da Identidade Docente no Âmbito do Programa Residência Pedagógica. **Revista Debates em Ensino de Química**, v. 9, n. 2, p. 46-69, 2023.

